

08.mai.2018 – 10h00

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO

Entidade: Carlos Oliveira – Presidente do Conselho da InvestBraga

Paulo Fernandes – Presidente da Camara Municipal do Fundão

João Alberto Sobrinho Teixeira - Presidente da Direção do Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação, Instituto Politécnico de Bragança

Emídio Ferreira dos Santos Gomes- Vice-Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Recebidos por: Grupo de Trabalho – Iniciativas Legislativas sobre o Ensino Superior e Ciência: Deputados Porfírio Silva (PS, Coordenador), Margarida Mano (PSD), Duarte Marques (PSD), Ana Passos (PS), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Paula Santos (PCP).

Assunto: **Apreciação dos Projetos de Lei n.º 619, 620 e 621/XIII/3.ª e Projetos de Resolução n.º 1069, 1070 e 1071/XIII/3.ª (PSD)**

Exposição: O Deputado Porfírio Silva (PS), Coordenador do [Grupo de Trabalho - Iniciativas Legislativas sobre o Ensino Superior e Ciência](#) (GT) – fez o enquadramento do GT e indicou as atividades a desenvolver em termos de audições e recolha de contributos das entidades do setor.

A Deputada Margarida Mano (PSD) justificou o pacote legislativo, realçou a importância da investigação científica e questionou qual a criação de valor resultante da mesma em Portugal, referindo que há dificuldade de transferir conhecimento para as empresas e que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia devia tratar da transferência de conhecimento. Referiu ainda a questão das patentes, a promoção de emprego na sociedade, a transferência de conhecimento e inovação e os mecanismos de valorização de conhecimento no ensino superior.

A Deputada Ana Passos (PS) considerou que a investigação e a inovação são pilares da sociedade e referiu que para além das iniciativas do PSD, também há iniciativas do Governo, que se encontram em consulta pública e estão integradas no processo de análise do ensino superior. Referiu depois outras iniciativas do Governo, designadamente, o sistema de graus, a criação de 6 laboratórios colaborativos e a preparação de uma proposta sobre ciência.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) defendeu a importância da transferência de conhecimento e da ligação entre instituições de ensino superior e empresas, sublinhando que esta matéria tem

sido alvo de vários debates no Parlamento. Perguntou qual o papel que cabe aos instrumentos legislativos, se há falta deles, e se os que estão em apreciação incentivam a ligação desejada - uma vez que pode dar-se o caso de serem necessários outro tipo de medidas, que não legislativas, mas que atuem sobre os comportamentos.

A Deputada Paula Santos (PCP) indicou que o Grupo de Trabalho está a fazer a apreciação das 6 iniciativas do PSD, mas a matéria é mais abrangente. Defendeu o conhecimento ao encontro do desenvolvimento e questionou a que objetivos e interesses (económicos, sociais, culturais, integrados nos objetivos do país) a investigação deve dar resposta. Perguntou depois que medidas entendiam que seriam necessárias, referiu a diminuição do investimento na investigação e defendeu a necessidade de valorização dos trabalhadores, realçando a utilização de vínculos laborais precários, sem garantia de estabilidade.

Carlos Oliveira, Presidente do Conselho da InvestBraga, referiu que é importante a existência de um pacote legislativo na Assembleia da República, independentemente do que está a ser desenvolvido pelo Governo. Considerou depois que há potencial para transformar a investigação em valor económico, emprego altamente qualificado e aumento das exportações, defendendo a importância do desenvolvimento da economia à volta do conhecimento, tendo dado como exemplo a Bosch em Braga, em ligação com a Universidade do Minho.

Considerou que o conhecimento permite a passagem do manufaturado para o inventado, sendo desejável um modelo de simbiose de trabalho entre as empresas e a Universidade e implica um pensamento das empresas a médio e longo prazo. Realçou que o emprego científico é muito importante e defendeu a abertura da Universidade à sociedade, mais do que a transferência de conhecimentos.

Pronunciou-se depois sobre as 6 iniciativas em apreciação e propôs alterações às mesmas. Referiu que mais importante do que o número de patentes é a sua transação e aplicação, defendeu a valorização da carreira docente, equacionou a atribuição às empresas de benefícios em termos de Segurança Social pela contratação de doutorados e considerou que a valorização do conhecimento ajuda o financiamento da Universidade. Defendeu também um benefício mútuo entre as Universidades e as empresas, considerou que as compras públicas podem ter impacto e entendeu que devia haver uma regulamentação inteligente, com experimentação em setores específicos.

Paulo Fernandes, Presidente da Camara Municipal do Fundão, referiu o reconhecimento importante das autarquias na criação de conhecimento e mencionou que no 7.º Quadro Comunitário, Portugal colocou mais dinheiro do que beneficiou. Realçou a importância da coordenação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em relação aos dados, mais virados para resultados e apresentou uma proposta de coprodução dos relatórios, com a Agência Nacional de Inovação e as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional e que nos mesmos seja levada em conta a transferência de conhecimento para as empresas.

Defendeu depois a coesão a nível do território e considerou que as Universidades do interior do país têm dificuldade na retenção dos docentes. Referiu ainda que a licença sabática prevista nas iniciativas do PSD só fala em empresas, devendo haver mais abertura e serem previstas, nomeadamente, associações sem fins lucrativos e o interface com as empresas. Defendeu ainda a melhoria de informação na divulgação das patentes.

João Alberto Sobrinho Teixeira, Presidente da Direção do Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação, Instituto Politécnico de Bragança, referiu que concordam genericamente com os Projetos de Resolução e que a alteração dos estatutos das carreiras docentes deve ser mais ponderada e debatida. Considerou que a ligação ao meio empresarial é fundamental, nomeadamente nas áreas de baixa densidade, para crescimento da sociedade.

Mencionou depois a importância da alteração legislativa e defendeu a necessidade de legislação mais flexível. Transmitiu que Bragança tem 8.000 alunos e 24.000 habitantes e há necessidade de mais ligação às empresas. Referiu que a licença sabática ou a intervenção nas empresas precisa de mais apoio legislativo. Salientou que se verificam divergências nas alterações do Estatuto Docente Universitário e Politécnico e defendeu a necessidade de harmonização e uma alteração mais cirúrgica, tendo indicado que apresentariam uma proposta nesse sentido e indicado ainda a necessidade de definir quem autorizará a dispensa do docente.

Emídio Ferreira dos Santos Gomes, Vice-Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, considerou que a matéria deve ser consensual entre os Grupos Parlamentares e defendeu que a investigação e a inovação podem ser condutores de mudança e o maior desafio é a qualificação do emprego. Propôs depois uma margem de manobra para as Universidades e que lhe sejam atribuídos mais estímulos para os docentes não estarem em regime de exclusividade e passarem para as empresas.

O Deputado Duarte Marques (PSD) referiu que não é o Governo que vai fazer a transferência de conhecimento para as empresas, que o caminho do investimento no conhecimento tem sido contínuo e pediu todos os contributos.

A Deputada Ana Passos (PS) agradeceu os contributos e realçou algumas das propostas e alertas apresentados.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) indicou que deu atenção às questões que foram postas em relação às carreiras, referiu que há questões de nível europeu, defendeu que os critérios de avaliação em termos numéricos são mais fáceis do que em resultados e informou que iriam refletir no aprofundamento das matérias em causa.

A Deputada Paula Santos (PCP) referiu que a alteração dos estatutos das carreiras docentes exige negociação com os representantes dos trabalhadores e defendeu a necessidade de valorização destes.



Comissão de Educação e Ciência

A gravação da audição e o contributo remetido pelo Laboratório Montanhas de Investigação estão disponibilizados na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 8 de maio de 2018

A assessora

Teresa Fernandes